



Concurso Público para provimento de cargos de
Juiz do Trabalho Substituto

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

Prova Objetiva Seletiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida a utilização de nenhum material de consulta.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**BLOCO I****Direito Individual e Coletivo do Trabalho**

1. Quanto à Comissão de Conciliação Prévia é correto afirmar:
- (A) A Comissão instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros, com mandato de dois anos, permitida uma recondução.
 - (B) Aceita a conciliação, será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da Comissão, garantindo-se ao interessado o prazo de 8 (oito) dias para interposição de recurso ordinário.
 - (C) O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.
 - (D) É vedada a dispensa dos representantes dos empregados e dos empregadores, membros da Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.
 - (E) Qualquer demanda de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia, desde que formulada obrigatoriamente por escrito se, na localidade da prestação de serviços, houver sido instituída a Comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria.
2. A empresa de trabalho temporário, de acordo com a Lei nº 6.019/74,
- (A) é pessoa física ou jurídica urbana, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas, temporariamente, trabalhadores, devidamente qualificados, por elas remunerados e assistidos.
 - (B) em caso de falência, terá a empresa tomadora ou cliente subsidiariamente responsável pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, remuneração e indenização previstas na lei, no tocante ao tempo em que o trabalhador esteve sob suas ordens.
 - (C) poderá, excepcionalmente, contratar estrangeiros com visto provisório de permanência no País.
 - (D) poderá firmar contrato escrito ou verbal com a empresa tomadora de serviço ou cliente, desde que conste expressamente o motivo justificador da demanda de trabalho temporário.
 - (E) poderá estabelecer validamente cláusula de reserva, proibindo a contratação do trabalhador pela empresa tomadora ou cliente ao fim do prazo em que tenha sido colocado à sua disposição.
3. Segundo a Lei nº 11.788/08 (Lei do Estágio),
- (A) o estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, no qual o estagiário poderá ou não, receber bolsa ou outra forma de contraprestação a ser acordada.
 - (B) o estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 44 (quarenta e quatro) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.
 - (C) é assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado obrigatoriamente durante suas férias escolares.
 - (D) a celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente dispensa a celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino.
 - (E) a jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos.
4. A Cooperativa de Trabalho, segundo a Lei nº 12.690/12,
- (A) poderá adotar por objeto social qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, desde que previsto no seu Estatuto Social, sendo obrigatório o uso da expressão "Cooperativa de Trabalho" na denominação social da cooperativa.
 - (B) é considerada de produção, quando constituída por sócios que contribuem com trabalho e capital para a produção em comum de bens e a cooperativa detém, a qualquer título, os meios de produção.
 - (C) deve garantir aos sócios, duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, intervalo intra e inter jornada, pagamento de adicional de horas extras, repouso semanal e anual remunerados e décimo terceiro salário, dentre outros.
 - (D) rege-se pelos seguintes princípios e valores: intercooperação, adesão livre e voluntária, participação econômica dos membros, irredutibilidade salarial, interesse pela comunidade, dentre outros.
 - (E) contratada na modalidade de serviço, terá seu contratante como responsável subsidiário pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho quando os serviços forem prestados no estabelecimento deste último, ou em local por ele determinado.



5. Nos termos da legislação trabalhista, a CIPA é composta de representantes da empresa e dos empregados. Na CIPA,
- (A) os representantes dos empregadores, titulares e suplentes, serão eleitos pelos sócios, em escrutínio secreto, garantida a estabilidade provisória prevista constitucionalmente.
 - (B) os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os empregados interessados.
 - (C) os empregados elegerão, anualmente, dentre os seus representantes, o Presidente da CIPA e o empregador designará, dentre eles, o Vice-Presidente.
 - (D) o mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de dois anos, permitida uma reeleição.
 - (E) é vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa dos empregados exercentes de cargo de direção e seus suplentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.
6. O contrato de experiência
- (A) pode ser firmado por trabalhador aprendiz, a partir dos 14 até os 24 anos e, neste caso, não precisa ser anotado na CTPS do empregado, quando acordado pelo prazo máximo de 3 (três) meses.
 - (B) pode ser firmado por empregado entre 16 e 18 anos, e neste caso, deve ser anotado na CTPS do empregado quando estipulado pelo prazo de 90 (noventa) dias, com direito a uma única prorrogação de mais 90 (noventa) dias.
 - (C) deve ser firmado por empregado maior de 18 anos e, neste caso, pode ser anotado na CTPS do empregado, desde que acordado tácita ou expressamente e não estipulado por mais de 3 (três) meses.
 - (D) deve ser firmado por empregado maior de 18 anos e anotado na CTPS do empregado pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, com direito a uma única prorrogação de mais 45 (quarenta e cinco) dias.
 - (E) deve ser firmado por agente capaz e anotado na CTPS do empregado, sem ultrapassar o limite máximo de 90 (noventa) dias, com direito a uma única prorrogação.
7. Nos termos da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho é correto afirmar, quanto à prescrição e decadência, que
- (A) a contagem do prazo prescricional será interrompida pela ação trabalhista somente em relação aos pedidos idênticos, salvo se esta for arquivada.
 - (B) a contagem do prazo prescricional será suspensa pela ação trabalhista em relação a todos os pedidos, ainda que a ação seja arquivada.
 - (C) o prazo de decadência do direito do empregador de ajuizar inquérito em face do empregado que incorre em abandono de emprego é contado a partir do momento em que o empregado deixa de comparecer ao serviço injustificadamente.
 - (D) a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS é quinzenal, observado o prazo de 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho.
 - (E) a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS é trintenária, observado o prazo de 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho.
8. O empregado afastado do emprego em virtude de exigências do serviço militar
- (A) tem o direito de voltar a exercer o cargo do qual se afastou, independentemente de comunicação ao empregador.
 - (B) tem o direito de voltar a exercer o cargo do qual se afastou, desde que notifique o empregador dessa intenção no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do início do afastamento.
 - (C) não tem o período de afastamento computado na contagem do contrato por prazo determinado, se assim acordarem as partes interessadas.
 - (D) tem o período de afastamento computado na contagem do contrato por prazo determinado, independentemente de acordo entre as partes.
 - (E) continuará percebendo sua remuneração durante os primeiros 90 (noventa) dias de seu afastamento.
9. Considere as seguintes assertivas:
- I. De acordo com o texto consolidado, os empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, devendo tal condição ser anotada na CTPS, bem como, os gerentes, diretores e chefes de departamento ou filial, desde que o salário do cargo de confiança, compreendendo a gratificação de função, se houver, não seja inferior ao valor do respectivo salário efetivo acrescido de 40% (quarenta por cento), estão excluídos do direito à percepção de horas extras, mas não estão excluídos do direito aos descansos intra e interjornada, bem como ao adicional noturno.
 - II. Segundo entendimento sumulado do TST, a gratificação semestral repercute no cálculo das horas extras, das férias e do aviso prévio, ainda que indenizados. Repercute, ainda, pelo seu duodécimo na indenização por antiguidade e na gratificação natalina.
 - III. Segundo o texto consolidado, o acréscimo a título de adicional noturno, em se tratando de empresas que não mantêm, pela natureza de atividade, trabalho noturno habitual, será feito tendo vista os quantitativos pagos por trabalhos diurnos de natureza semelhante. Em relação às empresas cujo trabalho noturno decorra da natureza de suas atividades o aumento será calculado sobre o horário mínimo geral vigente na região, não sendo devido quando exceder desse limite, já acrescido da percentagem.
 - IV. Turno ininterrupto de revezamento é aquele em que a empresa funciona ininterruptamente, pela manhã, durante a tarde e também à noite, fazendo jus os empregados, ao adicional de horas extras, caso trabalhem em turnos fixos, além de seis horas diárias.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) III.



10. Por meio de acordo escrito e individual de compensação de horas, João foi contratado para trabalhar das 8 às 18 horas, de segunda a quinta-feira, com 1 (uma) hora de intervalo; e das 8 às 17 horas, com 1 (uma) hora de intervalo, às sextas-feiras, para compensar a ausência de trabalho aos sábados. Ocorre que, durante todo o período em que perdurou o contrato de trabalho, João também trabalhou 8 (oito) horas aos sábados. Segundo entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, o acordo de compensação firmado é
- (A) nulo e João tem direito ao recebimento de 12 (doze) horas extras de segunda a sábado, além do adicional de 50% (cinquenta por cento).
- (B) nulo, mas não é nula a fixação da jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sendo devidas as horas extras a partir da 8ª (oitava) diária, de segunda a quinta-feira e as excedentes de 4 (quatro) horas aos sábados, num total de 8 (oito) horas extras, além do adicional de 50% (cinquenta por cento).
- (C) nulo, mas consideram-se remuneradas as 9 (nove) horas de trabalho, de segunda a quinta-feira, por conta do salário ajustado para 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Neste caso, será devido somente o adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre as horas que ultrapassaram o limite diário de 8 (oito) horas, além das horas de sábado, acrescidas do adicional de 50% (cinquenta por cento) a título de horas extras, totalizando 14 (quatorze) horas semanais.
- (D) nulo, determinando-se o pagamento somente do adicional de horas extras sobre as horas que superarem as 44 (quarenta e quatro) horas semanais.
- (E) nulo, em razão da necessidade de ser ajustado por meio de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.
11. A contribuição sindical
- (A) é recolhida de uma só vez, anualmente, e para os empregadores consiste numa importância proporcional ao lucro da empresa.
- (B) é descontada pelos empregadores na folha de pagamento de seus empregados, no mês de março, desde que expressamente autorizada pelos trabalhadores, e equivale à importância correspondente à remuneração de um dia de trabalho.
- (C) dos empregados e trabalhadores avulsos é recolhida no mês de abril de cada ano, pelos próprios empregados e trabalhadores avulsos.
- (D) dos empregadores é recolhida no mês de março de cada ano, ou, para os que venham a estabelecer-se após aquele mês, na ocasião em que requeiram às repartições o registro ou a licença para o exercício da respectiva atividade.
- (E) dos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais é recolhida diretamente ao estabelecimento arrecadador, no mês de fevereiro, pelos próprios agentes ou trabalhadores e profissionais.
12. Considere as seguintes assertivas:
- I. A Convenção nº 87 da OIT dispõe a respeito da liberdade sindical, cujas previsões não serão afetadas, ainda que a aquisição da personalidade jurídica pelas organizações de trabalhadores e de empregadores, suas federações ou confederações, esteja sujeita a condições que limitem a sua constituição, a filiação dos seus membros, a eleição dos seus representantes, a redação de seus estatutos e a elaboração do seu programa de ação.
- II. Os sindicatos são considerados pessoas jurídicas de direito privado, que se classificam como associações. Para a aquisição de personalidade jurídica e para que possam usufruir das prerrogativas previstas em lei, os sindicatos devem elaborar seus estatutos, além de proceder ao seu registro no órgão competente. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o estatuto do sindicato, sob pena de nulidade ou anulabilidade, deverá conter: (i) a denominação, os fins e a sede da associação; (ii) os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados; (iii) os direitos e deveres dos associados; (iv) as fontes de recursos para sua manutenção; (v) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos, (vi) as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução; (vii) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas; e (viii) a categoria econômica ou profissional ou a profissão liberal cuja representação é requerida.
- III. Segundo entendimento pacificado do Supremo Tribunal Federal, em razão da disposição contida na Consolidação das Leis do Trabalho, até que nova lei venha a dispor a respeito, incumbe ao Ministério do Trabalho e Emprego proceder ao registro das entidades sindicais e zelar pela observância do princípio da unicidade.
- IV. Segundo a Constituição Federal, é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em primeiro grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e III.



Atenção: Para responder às questões de números 13 a 15, analise as afirmações sobre o assunto indicado e utilize a chave abaixo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

13. A respeito da greve:

- I. Durante a greve, o sindicato ou a comissão de negociação, mediante acordo com a entidade patronal ou diretamente com o empregador, manterá em atividade equipes de empregados com o propósito de assegurar os serviços cuja paralisação resulte em prejuízo irreparável, pela deterioração irreversível de bens, máquinas e equipamentos, bem como a manutenção daqueles essenciais à retomada das atividades da empresa quando da cessação do movimento.
- II. Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados a garantir, durante a greve, a prestação de no mínimo 20% dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
- III. Na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição, ou seja motivada pela superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisível que modifique substancialmente a relação de trabalho.

14. Quanto aos princípios de Direito Coletivo do Trabalho:

- I. O princípio da interveniência sindical na negociação coletiva propõe que a validade do processo negociado coletivo submeta-se à necessária intervenção do ser coletivo institucionalizado obreiro. No caso brasileiro, o sindicato.
- II. O princípio da criatividade jurídica da negociação coletiva traduz a noção de liberdade das partes para criar cláusulas contratuais, que por serem inseridas em um instrumento negocial, não possuem força normativa.
- III. O princípio da adequação setorial negociada trata da possibilidade de os sindicatos e empresas estabelecerem entre si, cláusulas normativas específicas para a aplicação em determinado setor da empresa, atendendo aos seus interesses particulares.

15. Acerca das relações de trabalho:

- I. A Consolidação das Leis do Trabalho prevê o acordo coletivo especial ou com propósito específico, considerado como o instrumento normativo por meio do qual o sindicato profissional, habilitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e uma empresa do correspondente setor econômico, estipulam condições específicas de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa e às suas respectivas relações de trabalho.
- II. Segundo entendimento sumulado do TST, o descumprimento de qualquer cláusula constante de instrumentos normativos diversos não submete o empregado a ajuizar várias ações, pleiteando em cada uma o pagamento da multa referente ao descumprimento de obrigações previstas nas cláusulas respectivas.
- III. Segundo entendimento sumulado do TST, é aplicável multa prevista em instrumento normativo (sentença normativa, convenção ou acordo coletivo) em caso de descumprimento de obrigação prevista em lei, mesmo que a norma coletiva seja mera repetição de texto legal.

Direito Administrativo

16. Servidor público revelou a terceiros, antes da respectiva divulgação, teor de medida econômica capaz de afetar o preço de determinada mercadoria, não auferindo, contudo, qualquer proveito pessoal com a divulgação. Referido servidor
- (A) sujeita-se à aplicação das penalidades previstas na Lei de improbidade administrativa, dentre as quais se inclui a perda da função pública.
 - (B) apenas sujeita-se às penalidades previstas na Lei de improbidade administrativa se configurado prejuízo ao erário.
 - (C) não se sujeita às penalidades da Lei de improbidade administrativa, respondendo, contudo, por infração administrativa.
 - (D) sujeita-se à aplicação das penalidades previstas na Lei de improbidade administrativa, desde que comprovada conduta dolosa ou má-fé.
 - (E) sujeita-se à aplicação das penalidades previstas na Lei de improbidade administrativa, que, no caso em exame, se restringem à perda dos direitos políticos e multa.

17. De acordo com as disposições da Lei nº 8.112/90, a alternativa que apresenta a correlação correta é:

	Conduta de servidor público	Sanção aplicável
A	inassiduidade habitual	demissão
B	manter sob sua chefia imediata, em função de confiança, cônjuge ou parente até o segundo grau	demissão
C	cometer à pessoa que não integra a repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição de sua responsabilidade	suspensão
D	coagir subordinado a filiar-se a sindicato	demissão
E	participar de gerência ou administração de sociedade privada	demissão e inabilitação para investidura em novo cargo público pelo prazo de 5 anos



18. Considerando o regime jurídico ao qual se submetem os bens públicos, os bens imóveis sem destinação de propriedade de sociedade de economia mista controlada pela União são
- (A) impenhoráveis e inalienáveis.
 - (B) inalienáveis, porém passíveis de penhora.
 - (C) imprescritíveis e impenhoráveis, porém alienáveis, observadas as exigências legais.
 - (D) inalienáveis e impenhoráveis, salvo em função de dívidas trabalhistas.
 - (E) alienáveis e passíveis de penhora, observadas as exigências legais.
19. A União firmou convênio com determinada entidade sem fins lucrativos, escolhida de acordo com critérios de conveniência e oportunidade descritos no instrumento, tendo por objeto a conjugação de esforços para o atendimento de população carente. Outra entidade sem fins lucrativos buscou firmar instrumento similar e, em face da negativa da União, recorreu ao Poder Judiciário para anular o convênio firmado com a entidade congênera. Considerando os limites do controle jurisdicional dos atos administrativos, o Poder Judiciário
- (A) está impedido de analisar o ato, dada a sua natureza discricionária.
 - (B) pode analisar o ato, sob os aspectos de legalidade, podendo, ainda, invalidá-lo caso comprovado que os motivos indicados para sua edição não eram verdadeiros.
 - (C) está impedido de analisar o ato, salvo sob os aspectos atinentes aos princípios aplicáveis à Administração pública.
 - (D) pode analisar o ato exclusivamente em relação ao seu mérito, com base na teoria dos motivos determinantes.
 - (E) pode analisar o ato sob os aspectos de legalidade e mérito, salvo em relação aos denominados motivos determinantes.
20. João, servidor público, conduzia veículo oficial a serviço da Administração federal e envolveu-se em acidente de trânsito do qual resultou prejuízo de grande monta a particular. O particular acionou a União e esta foi condenada a indenizá-lo. De acordo com os dispositivos constitucionais e legais que regem a matéria, o direito de regresso da Administração em face do servidor
- (A) independe de comprovação de dolo ou culpa, dada a sua natureza objetiva.
 - (B) é afastado se configurada responsabilidade objetiva do Estado.
 - (C) depende da comprovação de dolo e é afastado no caso de culpa, salvo se configurada inobservância de dever legal.
 - (D) depende da comprovação de conduta dolosa ou culposa, dada a natureza subjetiva da responsabilidade do agente.
 - (E) é sempre possível, em razão da responsabilidade objetiva do agente, salvo quando comprovada culpa exclusiva da vítima ou causas excludentes da ilicitude.
21. A respeito dos poderes da Administração, é correto afirmar que o poder
- (A) regulamentar fundamenta a edição, pelo Chefe do Executivo, de normas gerais destinadas à coletividade, disciplinadoras de atividades individuais.
 - (B) hierárquico autoriza a avocação, pelo Ministério supervisor, de matérias inseridas na competência das autarquias a ele vinculadas.
 - (C) disciplinar autoriza a Administração a apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos, não alcançando as sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração.
 - (D) normativo autoriza a edição, pelo Chefe do Poder Executivo, de decretos em matéria de organização administrativa, tais como a criação de órgãos e cargos públicos.
 - (E) hierárquico é aquele conferido aos agentes públicos para proferir ordens e aplicar sanções a seus subordinados, com vistas ao bom desempenho do serviço público.
22. São considerados agentes públicos
- (A) apenas aqueles que exercem atividades típicas de governo, detentores de mandato eletivo e seus auxiliares diretos.
 - (B) apenas aqueles ligados ao Poder Público por vínculo de natureza estatutária, investidos mediante nomeação para cargo público.
 - (C) os servidores públicos, os agentes políticos, os militares e os particulares em colaboração com o Poder Público.
 - (D) os servidores públicos, desde que detentores de vínculo estatutário, bem como os agentes políticos, excluídos os militares.
 - (E) exclusivamente os servidores públicos, detentores de vínculo estatutário ou celetista, excluídos os agentes políticos.
23. A respeito das agências reguladoras e agências executivas, é correto afirmar que
- (A) as agências reguladoras adquirem autonomia a partir de qualificação obtida em face de contrato de gestão celebrado com o respectivo Ministério supervisor.
 - (B) as agências executivas caracterizam-se como autarquias de regime especial, criadas por lei, com autonomia administrativa, orçamentária e financeira.
 - (C) ambas possuem regime especial, estabelecido na lei instituidora, atuando as agências executivas na regulação de atividade econômica e as agências reguladoras no controle e fiscalização de serviço público.
 - (D) as agências executivas são empresas públicas ou fundações, com autonomia ampliada a partir de decreto governamental, em face da apresentação de plano para melhoria de eficiência e redução de custos.
 - (E) as agências reguladoras possuem regime jurídico especial, fixado na lei instituidora, garantindo maior grau de autonomia administrativa e orçamentária que o conferido às demais autarquias.



<p>24. A caracterização de determinada atividade como serviço público,</p> <p>(A) ocorre apenas naquelas atividades de natureza essencial, assim declaradas por lei, e prestadas, diretamente, pelo poder público.</p> <p>(B) decorre de previsão legal ou constitucional, impondo ao poder público a obrigação de prestá-la à coletividade, ainda que por meio de concessão ou permissão.</p> <p>(C) independe de previsão legal ou constitucional, decorrendo da própria circunstância da sua disponibilização à coletividade pelo poder público.</p> <p>(D) depende de previsão legal específica, podendo ser prestada diretamente pelo Poder Público, ou por particulares, mediante autorização, sempre precedida de licitação.</p> <p>(E) prescinde de previsão legal ou constitucional quando prestada diretamente pelo Poder Público, a qual somente é exigida quando a titularidade é transferida ao particular mediante regime de concessão ou permissão.</p>	<p>27. Na apropriação indébita previdenciária, a lei prevê que é facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais. No entanto, a jurisprudência também tem admitido a possibilidade de absolvição em tais casos com fulcro no chamado princípio</p> <p>(A) da adequação social.</p> <p>(B) da inexigibilidade de conduta diversa.</p> <p>(C) da insignificância.</p> <p>(D) da irretroatividade da lei penal mais gravosa.</p> <p>(E) do consentimento do ofendido.</p>
<p>25. De acordo com a Constituição Federal e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o direito de greve dos servidores públicos</p> <p>(A) é assegurado apenas aos servidores sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho e é exercido nos mesmos termos e limites estabelecidos para os trabalhadores da iniciativa privada.</p> <p>(B) somente será assegurado quando da edição de lei específica, face a ausência de autoaplicabilidade da previsão constitucional.</p> <p>(C) é assegurado por norma constitucional autoaplicável.</p> <p>(D) é assegurado constitucionalmente e enquanto não editada lei específica regulando os termos e limites para seu exercício, aplica-se, analogicamente, a legislação que regulamenta a matéria na iniciativa privada.</p> <p>(E) é assegurado por norma constitucional de eficácia contida, limitando-se aos servidores, celetistas ou estatutários, que não exerçam atividade de natureza essencial.</p>	<p>28. NÃO constitui crime contra a administração da justiça</p> <p>(A) a denúncia caluniosa.</p> <p>(B) o exercício arbitrário das próprias razões.</p> <p>(C) o favorecimento pessoal.</p> <p>(D) o patrocínio infiel.</p> <p>(E) a desobediência.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>26. Configura o crime de sabotagem</p> <p>(A) danificar estabelecimento industrial, comercial ou agrícola com o intuito de impedir ou embaraçar o curso normal do trabalho.</p> <p>(B) participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo.</p> <p>(C) constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a não fornecer a outrem ou não adquirir de outrem matéria-prima ou produto industrial ou agrícola.</p> <p>(D) participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, praticando violência contra pessoa ou contra coisa.</p> <p>(E) constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a abrir ou fechar o seu estabelecimento, ou a participar de parede ou paralisação de atividade econômica.</p>	<p>29. Para efeitos penais, NÃO se equipara a documento público</p> <p>(A) o cheque.</p> <p>(B) o atestado médico particular.</p> <p>(C) a duplicata.</p> <p>(D) as ações de sociedade comercial.</p> <p>(E) a letra de câmbio.</p> <p>30. No tocante à receptação, correto afirmar que</p> <p>(A) cabível o perdão judicial na forma culposa do delito.</p> <p>(B) equiparável a atividade comercial, para efeito de identificação da receptação qualificada, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, excluído o exercido em residência.</p> <p>(C) a pena deve ser aumentada no caso de bens da União, dos Estados ou dos Municípios, mas não de empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista.</p> <p>(D) impunível a infração, se desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa.</p> <p>(E) inadmissível a imposição exclusiva de pena de multa, ainda que primário o agente e de pequeno valor a coisa receptada.</p>

**BLOCO II****Direito Constitucional**

31. Determinado Estado-Membro da Federação aprova lei estadual com o seguinte teor: "Fica proibida a prática de revista íntima em funcionários nos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços com sede ou filiais neste Estado". À luz da Constituição Federal, a lei estadual em questão
- (A) pode dispor plenamente sobre revista íntima, por se tratar de norma que visa à proteção de direitos individuais.
 - (B) não pode dispor sobre revista íntima, por se tratar de norma relacionada a direito do trabalho, de competência privativa da União, a menos que haja lei complementar federal que autorize os Estados a legislar sobre questões específicas da matéria.
 - (C) pode dispor sobre revista íntima apenas para suplementar norma geral editada pela União, pelo fato de versar sobre matéria que integra uma competência legislativa concorrente.
 - (D) não pode dispor sobre revista íntima, a qual deve ser regulada por lei municipal, na medida em que os costumes locais devem ser considerados no tratamento da matéria.
 - (E) pode dispor sobre revista íntima apenas para proibir sua prática, como medida de eficácia à Constituição Federal que determina serem invioláveis a intimidade, a vida privada e a honra das pessoas.
32. O Presidente da República edita medida provisória com o intuito de aprimorar a organização do Poder Judiciário, a qual é convertida em lei pelo Congresso Nacional. A lei de conversão é aprovada pela maioria simples de cada Casa do Congresso Nacional, após vinte dias de vigência da medida provisória. Neste caso, conforme estabelece a Constituição Federal, a
- (A) medida provisória não poderia ter sido convertida em lei antes de completados sessenta dias de sua vigência.
 - (B) lei de conversão não respeitou o quórum mínimo para sua aprovação, para a qual se exige o voto da maioria absoluta dos membros de cada Casa do Congresso Nacional.
 - (C) lei de conversão deveria ter sido votada em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
 - (D) medida provisória versou sobre matéria que não pode ser objeto dessa espécie normativa.
 - (E) medida provisória e sua conversão em lei respeitaram os dispositivos constitucionais concernentes, respectivamente, à sua edição e aprovação.
33. Em 1993, o eleitorado brasileiro participou de plebiscito para definição da forma e do sistema de governo que deveriam vigorar no País. Se o resultado do plebiscito houvesse modificado o sistema de governo brasileiro de presidencialista para parlamentarista, mas mantido a forma republicana de governo, o texto da Constituição Federal, necessariamente, deveria ser reformado para
- (A) incluir a previsão de eleições indiretas, realizadas pelo Parlamento, para a escolha do Chefe de Estado.
 - (B) acrescentar a possibilidade de o Chefe de Estado ter mandato por tempo indeterminado e escolher seu sucessor, a fim fiscalizar a atuação do Chefe de Governo com imparcialidade.
 - (C) modificar competências, no âmbito da União, tanto do Poder Executivo, quanto do Poder Legislativo, para que fossem especificadas as atribuições a serem exercidas pelo Chefe de Governo em conjunto com o Parlamento.
 - (D) implantar uma monarquia constitucional, para que a chefia do Poder Executivo fosse dividida entre o Primeiro Ministro, responsável pelas funções do governo, e o Chefe de Estado, responsável pelas funções de representação do Estado brasileiro.
 - (E) alterar regras de competência do Congresso Nacional para que este pudesse processar e julgar o Primeiro Ministro por crime de responsabilidade, sendo proibido, em regimes democráticos, exonerá-lo do cargo apenas pela perda do apoio parlamentar.
34. Determinado projeto de lei ordinária, proposto pelo Presidente da República, é dispensado, em razão de sua matéria, tanto pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, de ser votado pelo Plenário de cada Casa. Nenhum Deputado ou Senador impetrou recurso em face desta dispensa prevista nos respectivos Regimentos Internos. À luz do que dispõe a Constituição Federal,
- I. sua matéria, caso tenha a votação rejeitada em Comissão Temática do Senado Federal, após aprovação em Comissão Temática da Câmara dos Deputados, poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
 - II. caso o Presidente da República solicite que o referido projeto seja votado em regime de urgência, a votação deverá ser deslocada para o Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, devendo sua tramitação finalizar, nas duas Casas do Congresso Nacional, no prazo máximo de cem dias.
 - III. pedido subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por cinco Estados, poderá exigir o deslocamento da votação do projeto para o Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) II, apenas.
 - (E) II e III, apenas.



Atenção: Para responder às questões de números 35 e 36, considere o disposto no art. 50, *caput* e respectivo § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 7 de julho de 1994:

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

§ 2º – As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

35. Sobre a nova redação dos dispositivos constitucionais acima transcritos, é possível concluir que

- (A) foi aprovada após discussão e votação, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, com a obtenção em ambos de, no mínimo, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (B) o direito de requerer informações não foi conferido a parlamentares individualmente, salvo quando atuem em representação de sua Casa ou Comissão.
- (C) não pode ser objeto de controle de constitucionalidade, pois aprovada há mais de dezoito anos, tendo, portanto, seu conteúdo adquirido *status* de norma constitucional.
- (D) afronta o princípio constitucional da separação de Poderes, na medida em que subordina membros do Poder Executivo à sindicância do Poder Legislativo, inclusive com a possibilidade de que respondam por crime de responsabilidade.
- (E) configura-se como uma diretriz axiológica que permite à legislação ordinária regulamentar mais detalhadamente a matéria, bem como estender a obrigatoriedade de prestar informações para membros da administração indireta e do Poder Judiciário.

36. Suponha que determinada Constituição Estadual tenha sido reformada, em 2011, para permitir à Assembleia Legislativa ou a qualquer de suas Comissões requerer informações a Secretários de Estado e ao Presidente do Tribunal de Justiça (TJ), inclusive com a tipificação de crime de responsabilidade no caso de recusa ou não atendimento. Neste caso, à luz do que determina a Constituição Federal a respeito da organização político-administrativa dos Estados-Membros, o referido dispositivo da norma estadual

- (A) pode ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade, de competência do Supremo Tribunal Federal, para que se confirme a função fiscalizatória da Assembleia Legislativa, consoante previsto na Constituição Estadual.
- (B) pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, a ser julgada pelo Tribunal de Justiça, por vulnerar o princípio da separação dos poderes e exceder os limites do Poder Constituinte Derivado estabelecidos pela Constituição Federal.
- (C) desrespeita a Constituição Federal apenas em relação à previsão do crime de responsabilidade em sede de legislação estadual, na medida em que é competência exclusiva da União legislar sobre direito penal.
- (D) é compatível com a Constituição Federal, a qual garante autonomia aos Estados-Membros, atribuindo-lhes competência remanescente.
- (E) não observa o paradigma estabelecido pelo art. 50 da Constituição Federal no tocante à possibilidade de o Poder Legislativo estadual requisitar informações ao Presidente do TJ, podendo ser declarado inconstitucional, pelo STF, em sede de controle concentrado.

37. Suponha que o Congresso Nacional edite lei específica para regulamentar o direito de greve de servidores públicos previsto na Constituição Federal. Juristas e sindicatos, ao comentarem a respeito da nova lei, apontam sua inconstitucionalidade e afirmam que a aplicação da lei que dispõe sobre o direito de greve na iniciativa privada seria mais benéfica aos servidores públicos. Em consequência, determinado sindicato de servidores públicos impetra mandado de injunção (MI) no Supremo Tribunal Federal (STF), para exigir uma lei mais adequada ao exercício do direito de greve por servidores públicos. Neste caso, o uso do MI é

- (A) adequado para que o STF, ao declarar a inconstitucionalidade da nova lei, reconheça a existência de lacuna normativa e determine, para o setor público, a aplicação, no que couber, da lei que dispõe sobre o direito de greve na iniciativa privada, com efeitos *inter partes*.
- (B) inadequado, pois o referido sindicato de servidores públicos não pode figurar como legitimado ativo, na medida em que não se reconhece na legislação, nem na jurisprudência, a possibilidade de impetração de mandado de injunção coletivo.
- (C) inadequado, porém o STF, por razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, pode converter o MI em mandado de segurança, para que seja aplicada a lei que dispõe sobre o direito de greve na iniciativa privada aos servidores representados pelo sindicato impetrante.
- (D) adequado para que o STF, ao declarar a inconstitucionalidade da nova lei, reconheça a existência de lacuna normativa e determine, para o setor público, a aplicação, no que couber, da lei que dispõe sobre o direito de greve na iniciativa privada, com efeitos *erga omnes*.
- (E) inadequado, pois o MI não pode ser utilizado para substituir ações específicas de controle de constitucionalidade, com a intenção de modificação de lei já existente, supostamente incompatível com a Constituição.



38. Em relação à arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), considerada a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) apenas as confederações, na esfera das entidades sindicais, estão legitimadas para sua propositura, assim como para a das ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade.
- (B) a arguição que tem por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público possui natureza de remédio constitucional e, portanto, pode ser impetrada por indivíduo que demonstre violação a direito próprio.
- (C) não pode ser conhecida como ação direta de inconstitucionalidade, ainda que satisfeitos os requisitos para a propositura desta, tendo em vista o caráter subsidiário da ADPF, fator que impede a aplicação do princípio da fungibilidade.
- (D) a lei que regula seu processo e julgamento pode determinar que a ADPF seja instrumento de controle de constitucionalidade concentrado em âmbito estadual, de competência dos Tribunais de Justiça.
- (E) não se admite a figura do *amicus curiae* em seu julgamento, na medida em que não há previsão expressa deste instituto jurídico na lei que dispõe sobre o processo e julgamento da ADPF.

39. Reclamações para a preservação da competência e garantia da autoridade das decisões do Superior Tribunal de Justiça

- (A) são processadas e julgadas, originariamente, pelo próprio Superior Tribunal de Justiça.
- (B) são processadas e julgadas, originariamente, pelo Conselho Nacional de Justiça.
- (C) são processadas e julgadas, originariamente, pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) são processadas e julgadas, originariamente, pelo Senado Federal.
- (E) não são admitidas pelo ordenamento, que reconhece apenas a reclamação para a preservação da competência e garantia da autoridade das decisões do Supremo Tribunal Federal.

40. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios

- (A) permitem-lhes o usufruto exclusivo das riquezas de solo, subsolo, rios e lagos nelas existentes.
- (B) podem ser utilizadas para a atividade garimpeira, desde que em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento econômico-social.
- (C) geram o direito à propriedade à comunidade indígena que as habita, porém os direitos sobre elas prescrevem caso permaneçam abandonadas por mais de quinze anos.
- (D) são, segundo disposição expressa da Constituição Federal, inalienáveis e indisponíveis.
- (E) podem ser economicamente exploradas, desde que o Senado autorize, garantindo-se à comunidade indígena afetada a participação nos lucros obtidos com a exploração.

Direito Civil

41. “Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato”. Este enunciado refere-se à

- (A) resolução por onerosidade excessiva, nos termos da teoria da imprevisão prevista no Código Civil.
- (B) resolução contratual por caso fortuito ou força maior.
- (C) denúncia resilitiva por exceção de contrato não cumprido.
- (D) resilição contratual por enriquecimento sem causa.
- (E) resolução do contrato por abuso do direito, visando ao respeito à probidade e boa-fé objetiva.

42. Em relação à cláusula penal, é correto afirmar:

- (A) Estipulada a cláusula penal para a hipótese de total inadimplemento obrigacional, esta converter-se-á em alternativa a benefício do devedor.
- (B) A multa estabelecida em cláusula penal terá exclusivamente finalidade moratória.
- (C) A exigência da pena convencional prevista está vinculada à alegação e à prova do prejuízo pelo credor.
- (D) Estipulada a cláusula penal conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, poderá ela referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora.
- (E) Se o prejuízo do credor exceder ao estabelecido na cláusula penal, poderá ele exigir livremente indenização suplementar, independente de previsão contratual.

43. No Código Civil atual, a responsabilidade civil

- (A) continua em regra como subjetiva, excepcionando-se, entre outras, a hipótese da atividade exercida normalmente pelo autor do dano com risco para os direitos de outrem, quando então a obrigação de reparar ocorrerá independentemente de culpa.
- (B) é objetiva como regra, excepcionando-se situações expressas de responsabilização subjetiva.
- (C) é subjetiva sempre, em qualquer hipótese.
- (D) em regra é subjetiva, admitida porém a responsabilidade objetiva do empresário, como fornecedor de produtos ou de serviços, na modalidade do risco integral.
- (E) é objetiva para as pessoas jurídicas, de direito privado ou público, e subjetiva para as pessoas físicas.



<p>44. É correto afirmar:</p> <p>(A) A obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios dela, a não ser que expressamente mencionados.</p> <p>(B) Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha cabe ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação; mas não poderá dar a coisa pior, nem será obrigado a prestar a melhor.</p> <p>(C) Até a tradição a coisa pertence ao credor, com seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço.</p> <p>(D) Se a obrigação for de restituir coisa certa e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, poderá o credor exigir perdas e danos, sem prejuízo do cumprimento da obrigação por terceiros, às expensas do devedor.</p> <p>(E) Na obrigação de dar coisa incerta, após a escolha não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, mesmo que por caso fortuito ou força maior.</p>	<p>47. Em relação às pessoas naturais ou às jurídicas, é correto afirmar que</p> <p>(A) se duas ou mais pessoas naturais falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão os mais velhos mortos em primeiro lugar.</p> <p>(B) a declaração da morte presumida dependerá sempre da decretação anterior da ausência da pessoa natural.</p> <p>(C) a existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nas hipóteses em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.</p> <p>(D) a pessoa jurídica não pode sofrer dano moral, nem estético.</p> <p>(E) a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com o efetivo exercício de suas atividades sociais ou empresariais.</p>
<p>45. O negócio jurídico</p> <p>(A) anulável pode ser alegado por qualquer interessado, não sendo passível de confirmação, nem convalidando pelo decurso do tempo.</p> <p>(B) é anulável, quando tiver por objetivo fraudar lei imperativa.</p> <p>(C) simulado é anulável, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.</p> <p>(D) é nulo, por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.</p> <p>(E) é nulo, quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.</p>	<p>48. Examine os enunciados seguintes:</p> <p>I. Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.</p> <p>II. As partes devem estipular contratos típicos, somente, valendo a respeito o princípio da tipicidade ou taxatividade.</p> <p>III. Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) II e III, apenas.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) III, apenas.</p>
<p>46. Quanto à prescrição e à decadência, é correto afirmar que</p> <p>(A) os prazos prescricionais podem ser alterados por acordo das partes, não o podendo os prazos decadenciais.</p> <p>(B) a renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.</p> <p>(C) a decadência pode ser reconhecida de ofício, mas a prescrição depende da iniciativa da parte para seu reconhecimento.</p> <p>(D) a prescrição deve ser alegada pela parte a quem aproveita na primeira oportunidade, sob pena de preclusão.</p> <p>(E) não corre a prescrição contra os relativamente incapazes.</p>	<p>49. Em relação a cada espécie de contrato é correto afirmar:</p> <p>(A) A compra e venda pode ter por objeto coisa atual ou futura; neste caso, ficará sem efeito o contrato se esta não vier a existir, salvo se a intenção das partes era de concluir contrato aleatório.</p> <p>(B) A doação feita em contemplação do merecimento do donatário perde o caráter de liberalidade por parte do doador.</p> <p>(C) O comodato perfaz-se com a tradição do objeto e significa o empréstimo gratuito de coisas fungíveis.</p> <p>(D) O mandato pode ser expresso ou tácito, mas somente se outorga por escrito, por se tratar de contrato formal.</p> <p>(E) A transação interpreta-se restritivamente, por ela transmitindo-se, declarando e reconhecendo direitos.</p>



50. "Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência". Este enunciado é

- (A) verdadeiro e caracteriza derrogação legal.
- (B) verdadeiro e caracteriza o princípio da irretroatividade legal.
- (C) falso e caracteriza a vacância legal.
- (D) falso e configura a abrogação legal.
- (E) verdadeiro e configura a regra sobre repristinação legal.

Direito da Criança e do Adolescente

51. A garantia de absoluta prioridade à criança e ao adolescente, nos termos da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, compreende:

- (A) preferência na formulação e execução de políticas públicas; criação e funcionamento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente em todos os municípios; primazia no recebimento de proteção e socorro; precedência no atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- (B) primazia no recebimento de proteção e socorro; preferência na formulação e execução de políticas públicas; precedência no atendimento nos serviços públicos; destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com proteção à infância e à juventude.
- (C) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com proteção à infância e à juventude; precedência no atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde à educação, à dignidade e à liberdade; primazia no recebimento de proteção e socorro; preferência na formulação e execução de políticas públicas.
- (D) precedência no atendimento nos serviços públicos; primazia no recebimento de proteção e socorro; preferência na formulação e execução de políticas públicas; punição para qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- (E) efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência; destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com proteção à infância e à juventude; preferência na formulação e execução de políticas públicas; precedência no atendimento nos serviços públicos.

52. Quanto ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, criado pela Lei nº 8.242/91, analise as afirmações abaixo.

- I. É integrado por representantes do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, assegurada a participação dos órgãos executores das políticas sociais básicas na área de ação social, justiça, educação, saúde, economia, trabalho e previdência social, e em igual número por representantes de entidades não governamentais de âmbito nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- II. É de sua competência, entre outras ações, a elaboração das normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e a fiscalização de ações de execução de integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local.
- III. É sua atribuição legal criar, dar apoio e fiscalizar os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e apoiar os órgãos estaduais, municipais e entidades não governamentais para tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na Lei nº 8.069/90 ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- IV. É de sua competência acompanhar a elaboração e execução da proposta orçamentária da União, indicando modificações necessárias à consecução da política formulada para a promoção dos direitos da criança e do adolescente e gerir o fundo Nacional para a criança e o adolescente, além de fixar os critérios para a sua utilização.
- V. Compete ao Presidente da República a nomeação do Presidente do CONANDA dentre seus respectivos membros e sua destituição, sendo que as funções dos seus membros não são remuneradas e são consideradas serviço público relevante.

Estão corretas APENAS as afirmações

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

53. Quanto ao estágio é correto afirmar:

- (A) O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular, à inserção do estudante no mercado de trabalho, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.
- (B) As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.
- (C) As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a agentes de integração, desde que públicos, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.
- (D) Podem oferecer estágio pessoa jurídica de direito privado, órgãos da administração direta, autárquica ou fundacional; órgãos da administração indireta e profissionais liberais com educação média ou superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.
- (E) No estágio obrigatório é direito do estagiário o recebimento de bolsa ou outra forma de contraprestação, auxílio transporte e inscrição no Regime Geral de Previdência social.



54. Quanto à aprendizagem é correto afirmar:

- (A) São causas de extinção do contrato de aprendizagem, entre outras, o desempenho insuficiente do aprendiz, ausências injustificadas à escola que impliquem em perda de ano letivo e alcance do termo do contrato ou da idade de 18 anos, o que ocorrer primeiro, com exceção do aprendiz deficiente.
- (B) A aprendizagem é contrato de trabalho especial sendo obrigatória a sua anotação na CTPS do aprendiz pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou por entidade sem fim lucrativo que tenha por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (C) As empresas de qualquer natureza são obrigadas a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes na empresa, cujas funções demandem formação profissional.
- (D) É proibida a contratação de aprendiz com 17 anos de idade em jornada noturna, seja em trabalho urbano ou rural, penoso, perigoso ou insalubre exceto se o empregador, no caso de local insalubre, comprovar a existência de equipamentos de proteção ambiental e de segurança coletivos e individuais, devidamente aprovados e certificados que a eliminem e desde que autorizado por alvará por Juiz da Infância e da Juventude.
- (E) É requisito para a validade do contrato de aprendizagem a inscrição do aprendiz em programa de aprendizagem, cabendo ao contratante a obrigação de fornecer formação técnico-profissional metódica e ao contratado executar com zelo e diligência as tarefas necessárias à essa formação e frequência à escola, sendo esse último requisito para a validade do contrato somente em caso de não ter sido completado o ensino médio.

55. Quanto às figuras legais de contrato de trabalho, estágio, aprendizagem e trabalho educativo, é correto afirmar:

- (A) No contrato de aprendizagem com vínculo empregatício é assegurado ao aprendiz direitos trabalhistas e previdenciários, sendo o recolhimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço equivalente a 2% do salário do aprendiz.
- (B) O trabalho educativo, assim como o estágio e o aprendizado, toma em igual importância a formação educacional e a atividade laboral, em respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- (C) Caso presentes os requisitos da pessoalidade, onerosidade, não eventualidade e subordinação será reconhecido o vínculo empregatício do estagiário, ainda que o contrato tenha sido firmado regularmente pela concedente e pelo estudante, com intervenção da instituição de ensino.
- (D) Tanto no contrato de estágio quanto no de aprendizagem não há exigência de cotas para deficientes por já se tratarem de trabalho em condições especiais.
- (E) Ao adolescente empregado em regime familiar de trabalho é permitido, excepcionalmente, o trabalho entre às 22 e às 5 horas do dia seguinte.

Direito Processual do Trabalho

56. De acordo com a jurisprudência pacificada do TST,

- (A) o *jus postulandi* alcança a ação cautelar, não sendo admitido, porém, em mandado de segurança.
- (B) comporta a impetração de mandado de segurança o deferimento de reintegração no emprego em ação cautelar.
- (C) é cabível medida cautelar para imprimir efeito suspensivo a recurso interposto contra decisão proferida em mandado de segurança.
- (D) cabe recurso ordinário para o TST de decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho em agravo regimental interposto contra despacho que concede ou não liminar em ação cautelar.
- (E) incabível ação cautelar em ação rescisória.

57. Considerando o disposto na Lei nº 7.347/85 (Lei de Ação Civil Pública) e na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, ainda, a jurisprudência pacificada do TST, em relação à ação civil pública é correto afirmar:

- (A) Por sua natureza, a ação civil pública não admite pedido liminar.
- (B) É cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
- (C) A sentença proferida em ação civil pública fará coisa julgada *erga omnes*, não sendo possível o ajuizamento de ações de indenização por danos pessoalmente sofridos.
- (D) Para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado; se for de âmbito supra-regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal.
- (E) A legitimação para o ajuizamento de ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho é exclusiva do Ministério Público do trabalho.

58. A inspeção judicial

- (A) somente será realizada de ofício.
- (B) somente será realizada a requerimento da parte.
- (C) pode ser realizada em qualquer fase do processo.
- (D) pode ser realizada em relação a coisas, mas não em relação a pessoas.
- (E) é realizada por peritos nomeados pelo juiz.



<p>59. Em relação aos recursos, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Os pressupostos subjetivos dos recursos são a legitimidade e a capacidade.</p> <p>(B) São pressupostos objetivos dos recursos: a recorribilidade do ato, a adequação, a tempestividade, a representação e o preparo.</p> <p>(C) É possível a juntada de documentos na fase recursal, desde que provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou quando o mesmo se refira a fato posterior à sentença.</p> <p>(D) Em mandado de segurança, somente cabe remessa <i>ex officio se</i>, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público. Tal situação não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa.</p> <p>(E) A interposição de recurso para o Supremo Tribunal Federal não prejudica a execução do julgado.</p>	<p>62. De acordo com a CLT, nas causas de jurisdição da Justiça do Trabalho somente podem ser opostas,</p> <p>(A) com suspensão do feito, as exceções de impedimento ou de suspeição.</p> <p>(B) com suspensão do feito, as exceções de impedimento ou de incompetência.</p> <p>(C) sem suspensão do feito, as exceções de impedimento ou de suspeição.</p> <p>(D) sem suspensão do feito, as exceções de incompetência ou de suspeição.</p> <p>(E) com suspensão do feito, as exceções de incompetência ou de suspeição.</p>
<p>60. Em relação à prova pericial no processo do trabalho, com base nos dispositivos da CLT e na jurisprudência pacífica do TST, é correto afirmar:</p> <p>(A) A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente no processo.</p> <p>(B) Os benefícios da justiça gratuita não abrangem os honorários periciais.</p> <p>(C) A indicação do perito assistente é faculdade da parte, a qual deve responder pelos respectivos honorários, ainda que vencedora no objeto da perícia.</p> <p>(D) A atualização monetária dos honorários periciais é a mesma aplicada aos débitos trabalhistas.</p> <p>(E) A exigência de depósito prévio para custeio dos honorários periciais é compatível com o processo do trabalho.</p>	<p>63. Conforme o entendimento da jurisprudência pacífica do TST,</p> <p>(A) na execução por carta precatória, os embargos de terceiro que versem unicamente sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação de bens serão julgados pelo juízo deprecante.</p> <p>(B) a penhora em dinheiro na execução provisória não fere direito líquido e certo do executado, que não poderá impetrar mandado de segurança.</p> <p>(C) é admissível a penhora sobre a renda mensal ou faturamento da empresa, limitada a determinado percentual, desde que não comprometa o desenvolvimento regular de suas atividades.</p> <p>(D) é inadmissível a penhora sobre a renda mensal ou faturamento da empresa, tendo em vista que tal medida compromete o desenvolvimento regular de suas atividades.</p> <p>(E) na execução, mesmo que definitiva, o executado tem direito líquido e certo de que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco.</p>
<p>61. De acordo com a CLT, em relação aos acordos celebrados perante a Justiça do Trabalho, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O Ministro de Estado da Fazenda poderá, mediante ato fundamentado, dispensar a manifestação da União nas decisões homologatórias de acordos em que o montante da parcela indenizatória envolvida ocasionar perda de escala decorrente da atuação do órgão jurídico.</p> <p>(B) Os créditos da União restarão prejudicados quando o acordo for celebrado após o trânsito em julgado da sentença ou após a elaboração dos cálculos de liquidação de sentença.</p> <p>(C) Intimada das decisões homologatórias de acordos que contenham parcela indenizatória, a União poderá interpor recurso relativo aos tributos que lhe forem devidos.</p> <p>(D) As decisões homologatórias deverão sempre indicar a natureza jurídica das parcelas constantes do acordo, inclusive o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso.</p> <p>(E) Não tendo sido convencionado de forma diversa, o pagamento das custas incidentes sobre o acordo caberá em partes iguais aos litigantes.</p>	<p>64. Em relação ao recurso ordinário no procedimento sumaríssimo é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) será o mesmo imediatamente distribuído, uma vez recebido no Tribunal.</p> <p>(B) o relator deve liberá-lo no prazo máximo de 5 (cinco) dias.</p> <p>(C) a Secretaria do Tribunal ou da Turma deve colocá-lo imediatamente em pauta para julgamento, sem revisor.</p> <p>(D) terá parecer oral do representante do Ministério Público presente à sessão de julgamento, se este entender necessário o parecer, com registro na certidão.</p> <p>(E) se a sentença for confirmada por seus próprios fundamentos, a certidão de julgamento, registrando tal circunstância, servirá de acórdão.</p>



<p>65. Quanto ao mandato e ao substabelecimento, de acordo com o entendimento da jurisprudência pacífica do TST, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Configura-se a irregularidade de representação se o substabelecimento é anterior à outorga passada ao substabelecido.</p> <p>(B) É inválido o substabelecimento de advogado investido de mandato tácito.</p> <p>(C) Diante da existência de previsão, no mandato, fixando termo para sua juntada, o instrumento de mandato só tem validade se anexado ao processo dentro do aludido prazo.</p> <p>(D) São válidos os atos praticados pelo substabelecido, ainda que não haja, no mandato, poderes expressos para substabelecer.</p> <p>(E) Inválido é o instrumento de mandato com prazo determinado que contém cláusula estabelecendo a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda.</p>	<p>68. Conforme a jurisprudência pacífica do TST sobre ônus da prova,</p> <p>(A) o ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negado o despedimento, é do empregado.</p> <p>(B) a não apresentação injustificada dos controles de frequência pelo empregador que tem mais de dez empregados gera presunção absoluta de veracidade da jornada alegada na inicial.</p> <p>(C) a presunção de veracidade da jornada de trabalho, salvo se prevista em instrumento normativo, pode ser elidida por prova em contrário.</p> <p>(D) os controles de jornada com horários invariáveis são imprestáveis como meio de prova, devendo, porém, o empregado alegar a nulidade dos mesmos, sob pena de serem os mesmos considerados válidos.</p> <p>(E) a presunção de veracidade da jornada de trabalho, ainda que prevista em instrumento normativo, pode ser elidida por prova em contrário.</p>
<p>66. Em matéria de execução, de acordo com a CLT, é correto afirmar:</p> <p>(A) Nos embargos à execução a matéria de defesa será restrita às alegações de quitação ou prescrição da dívida.</p> <p>(B) Na fase de execução incabível a realização de audiência.</p> <p>(C) Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário.</p> <p>(D) Garantida a execução ou penhorados os bens o executado terá 48 (quarenta e oito) horas para apresentar embargos.</p> <p>(E) Garantida a execução ou penhorados os bens o exequente terá 48 (quarenta e oito) horas para apresentar impugnação.</p>	<p>69. Em relação à prova testemunhal, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Toda testemunha, antes de prestar o compromisso legal, será qualificada, ficando sujeita, em caso de falsidade, às penas da lei.</p> <p>(B) Os depoimentos das testemunhas serão transcritos em sua integralidade, não podendo ser feito resumo dos mesmos.</p> <p>(C) A testemunha que for parente até o terceiro grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.</p> <p>(D) As testemunhas não poderão sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor, quando devidamente arroladas ou convocadas.</p> <p>(E) As testemunhas serão inquiridas pelo juiz, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento das partes, seus representantes ou advogados.</p>
<p>67. De acordo com o entendimento pacificado pelo TST,</p> <p>(A) padece de inépcia petição inicial de ação rescisória apenas porque omite a subsunção do fundamento de rescindibilidade no art. 485 do CPC ou o capitula erroneamente em um de seus incisos.</p> <p>(B) o litisconsórcio na ação rescisória é necessário em relação ao polo ativo da demanda.</p> <p>(C) é incabível pedido liminar formulado na fase recursal de ação rescisória, visando a suspender a decisão rescindenda.</p> <p>(D) o litisconsórcio na ação rescisória é necessário em relação ao polo passivo da demanda.</p> <p>(E) cabe ação rescisória quando a questão envolve discussão sobre a espécie de prazo prescricional aplicável aos créditos trabalhistas, se total ou parcial.</p>	<p>70. De acordo com o entendimento pacífico da jurisprudência do TST,</p> <p>(A) inexistente previsão legal tolerando atraso no horário de comparecimento da parte à audiência.</p> <p>(B) pessoa jurídica de direito público não sujeita-se à revelia.</p> <p>(C) a reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, salvo se presente seu advogado munido de procuração específica.</p> <p>(D) diante da gravidade do ato, a revelia da reclamada não pode ser ilidida.</p> <p>(E) a revelia produz confissão na ação rescisória.</p>

**BLOCO III****Direito Processual Civil**

71. Paulo ajuizou ação de indenização contra Alfredo, pelo rito ordinário. Após a citação e apresentação da contestação pelo demandado, Raul apresentou petição ao Juízo competente requerendo a sua admissão como assistente do réu Alfredo, por ter interesse na sentença favorável a este. Raul foi admitido como assistente, após concordância das partes envolvidas. Raul, na condição de assistente simples,
- (A) não poderá obstar o reconhecimento do pedido inicial pelo réu Alfredo, cessando a sua intervenção no caso de término do processo.
 - (B) poderá não concordar com a desistência da ação por Paulo, ainda que esta desistência conte com anuência de Alfredo.
 - (C) poderá obstar eventual acordo sobre direitos controvertidos da lide por parte de Paulo e Alfredo.
 - (D) poderá interpor recurso de apelação contra sentença proferida em primeiro grau de jurisdição, ainda que o assistido manifestar expressamente nos autos que não pretende recorrer.
 - (E) não poderá em nenhuma hipótese discutir a justiça da sentença prolatada na causa em processo posterior.
72. No que concerne à liquidação de sentença, de acordo com o Código de Processo Civil,
- (A) da decisão de liquidação caberá recurso de apelação sem efeito suspensivo.
 - (B) do requerimento de liquidação de sentença será a parte, em regra, citada e intimada pessoalmente.
 - (C) a liquidação poderá ser requerida na pendência de recurso, processando-se em autos apartados, no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes.
 - (D) na liquidação por artigos é possível nova discussão da lide ou modificação da sentença que a julgou.
 - (E) na liquidação por arbitramento, observar-se-á, no que couber, o procedimento comum.
73. Na denunciação da lide, de acordo com o Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:
- (A) A sentença que julgar procedente a ação declarará, conforme o caso, o direito do evicto, ou a responsabilidade por perdas e danos, valendo como título executivo.
 - (B) Feita a denunciação pelo réu, se o denunciado for revel, ou comparecer apenas para negar a qualidade que lhe foi atribuída, cumprirá ao denunciante prosseguir na defesa até o final.
 - (C) A citação do denunciado será requerida, juntamente com a do réu, se o denunciante for o autor; e, no prazo para contestar, se o denunciante for o réu.
 - (D) Feita a denunciação pelo réu se o denunciado a aceitar e contestar o pedido, o processo prosseguirá entre o autor, de um lado, e de outro, como litisconsortes, o denunciante e o denunciado.
 - (E) Feita a denunciação pelo autor, o denunciado, comparecendo, assumirá a posição de litisconsorte do denunciante, mas não poderá aditar a petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.

74. Analise as seguintes assertivas sobre os Recursos Especial e Extraordinário:

- I. O Recurso Especial, quando interposto contra decisão interlocutória em processo cautelar, ficará, em regra, retido nos autos e somente será processado se o reiterar a parte, no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contrarrazões.
- II. Não admitido o Recurso Extraordinário ou o Recurso Especial caberá agravo de instrumento, no prazo de 10 (dez) dias.
- III. Interpostos os Recursos Especial e Extraordinário, se ambos forem admitidos, os autos serão remetidos ao Superior Tribunal de Justiça e, na hipótese de o relator do Recurso Especial considerar que o Recurso Extraordinário é prejudicial àquele, em decisão irrecorrível sobrestará o seu julgamento e remeterá os autos ao Supremo Tribunal Federal, para o julgamento do Recurso Extraordinário.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

75. O Ministério Público de um determinado Estado, após instaurar inquérito civil para apuração de irregularidade no fornecimento de merenda escolar para escolas do Município "Z" por parte da empresa "X", vencedora da licitação, descobre que o procedimento licitatório foi absolutamente irregular e previamente ajustado para que a empresa "X" vencesse em detrimento de outras dez empresas participantes do certame e passasse a fornecer a merenda com preço superfaturado. Simplício e Fúlvio, Secretário da Educação e seu assessor, responsáveis pela realização do certame, estão envolvidos na fraude e receberam cada um R\$ 100.000,00 da empresa "X" para que esta pudesse vencer a licitação e, ainda, R\$ 1,00 por cada merenda fornecida com preço superfaturado. Neste caso, apurado o ato de improbidade administrativa, o

- (A) Município "Z", cujo ato será objeto de impugnação pelo Ministério Público em ação civil de improbidade, poderá atuar ao lado do autor após o ajuizamento da respectiva ação, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal.
- (B) Ministério Público poderá veicular pedido cautelar de sequestro dos bens dos envolvidos e, concedido o pedido, ajuizará a ação principal de improbidade administrativa, pelo rito ordinário, dentro de trinta dias da data do despacho judicial que concedeu a medida cautelar.
- (C) Ministério Público ajuizará ação civil de improbidade administrativa e, estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação dos requeridos, para apresentação de manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de trinta dias.
- (D) Município "Z", cujo ato será objeto de impugnação pelo Ministério Público em ação civil de improbidade, não poderá abster-se de contestar o pedido após o ajuizamento da respectiva ação, por expressa previsão legal.
- (E) Ministério Público ajuizará ação civil de improbidade administrativa e a decisão judicial que receber a petição inicial é irrecorrível.



76. Sobre as despesas processuais, de acordo com o Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:
- (A) O réu que, por não arguir na sua resposta fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, dilatar o julgamento da lide, será condenado nas custas a partir do saneamento do processo e perderá, ainda que vencedor na causa, o direito a haver do vencido honorários advocatícios.
- (B) A remuneração do perito judicial será paga pela parte que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz.
- (C) Quando, a requerimento do réu, o juiz declarar extinto o processo sem julgar o mérito, o autor não poderá intentar de novo a ação, sem pagar ou depositar em cartório as despesas e os honorários, em que foi condenado.
- (D) Quem receber custas indevidas ou excessivas é obrigado a restituí-las, incorrendo em multa equivalente ao triplo de seu valor.
- (E) Nos procedimentos de jurisdição voluntária, as despesas serão adiantadas pelo requerente, mas rateadas entre os interessados.
-
77. Gilberto, pai de Italo, morto em acidente automobilístico no dia 20 de Janeiro de 2012, ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais contra Iran, condutor do veículo que causou o acidente que ceifou a vida de Italo, e Leandro, proprietário do referido veículo conduzido por Iran. Iran e Leandro foram regularmente citados e apresentaram contestações por intermédio de procuradores diferentes. Após a regular instrução a lide foi julgada procedente em relação aos requeridos Iran e Leandro, os quais foram condenados ao pagamento de indenização, na forma pretendida pelo autor na peça inicial. Havendo obscuridade, contradição ou omissão, Iran e Leandro poderão apresentar embargos declaratórios no prazo de
- (A) 05 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 20 dias.
- (D) 06 dias.
- (E) 30 dias.
-
78. Considere as seguintes matérias que deverão ser arquivadas pelo réu antes de discutir o mérito da causa:
- I. Compromisso arbitral.
- II. Conexão.
- III. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização.
- O juiz NÃO poderá conhecer de ofício:
- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.
-
79. Peter propôs ação de cobrança em face de Adolfo, na qualidade de credor da quantia de R\$ 30.000,00 proveniente de contrato de mútuo. O juiz competente julgou a ação procedente e condenou Adolfo a pagar a Peter a quantia devida, atualizada e acrescida de juros de mora a partir da citação, além dos ônus da sucumbência, bem como a pagar R\$ 3.000,00 a título de danos morais. Nesse caso, foi prolatada sentença
- (A) *citra petita*.
- (B) *ultra petita*.
- (C) *extra petita*.
- (D) alternativa.
- (E) de acordo com o pedido inicial.
-
80. Sobre os recursos, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar:
- (A) O Recurso Adesivo não será admissível no recurso extraordinário.
- (B) O recorrente não poderá, a qualquer tempo, sem a anuência dos litisconsortes, desistir do recurso.
- (C) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- (D) A parte que aceitar tacitamente a sentença ou a decisão não poderá recorrer.
- (E) Havendo solidariedade passiva, o recurso interposto por um devedor sempre aproveitará aos outros.
-
- Direito Internacional e Comunitário**
81. Sobre as Convenções Internacionais do Trabalho é correto afirmar:
- (A) Cada um dos Estados-Membros compromete-se a submeter, dentro de 20 meses após o encerramento da sessão da Conferência, a Convenção à autoridade ou autoridades em cuja competência entre a matéria, a fim de que estas a transformem em lei ou tomem medidas de outra natureza.
- (B) Os Estados-Membros nas Convenções Internacionais do Trabalho contraem a obrigação formal de submeter tais convenções à autoridade competente, indicada no seu Direito Interno, para aprovar Tratados, dentro do prazo de um ano, a partir do encerramento da sessão da Conferência, sem nunca ultrapassar 18 meses.
- (C) Em face da Carta Constitutiva da OIT o Presidente da República, representante do Estado-Membro, deve transformar em lei, em seu país, a Convenção assinada e ratificada.
- (D) O instrumento de ratificação de uma Convenção Internacional do Trabalho deve ser depositado na Secretaria Administrativa da ONU, após comunicado ao Secretário Geral da OIT, para fins de registro e cumprimento.
- (E) Adotada uma Convenção pela Conferência Internacional do Trabalho, deverá ser praticada pelo Estado-Membro da OIT, ainda que costumes internos do país objetivem condições mais favoráveis ao trabalhador.



<p>82. No que tange ao Conselho de Administração da OIT, é correto afirmar:</p> <p>(A) Tem estrutura flexível, composta somente de representantes dos governos nomeados pelos Estados-Membros de maior importância industrial.</p> <p>(B) Compõe-se de cinquenta e seis pessoas sendo: 18 representantes dos Estados; 19 representantes dos empregadores e 19 representantes dos empregados.</p> <p>(C) A indicação dos Estados-Membros de maior importância industrial é feita pela ONU à OIT para a constituição deste órgão interno.</p> <p>(D) O Conselho será renovado de três em três anos e, se as eleições para tal fim não forem realizadas dentro do prazo por qualquer motivo, o mesmo Conselho será mantido até que se realizem novas eleições.</p> <p>(E) O Conselho será renovado de dois em dois anos, elegendo dentre os seus membros um presidente e dois vice-presidentes.</p>	<p>85. Os Tratados Internacionais negociados pelo Brasil, assinados pelo representante brasileiro e</p> <p>(A) ratificados externamente pelo Presidente da República passam a valer no território nacional.</p> <p>(B) ratificados internamente pelo Congresso Nacional passam a valer no território nacional.</p> <p>(C) ratificados internamente pelo Congresso Nacional passam a valer internacionalmente.</p> <p>(D) aprovados na Câmara dos Deputados passam a valer no território nacional.</p> <p>(E) referendados pelo Congresso Nacional somente passam a valer internacionalmente após a carta de ratificação.</p>
<p>83. Sobre a OIT é correto afirmar:</p> <p>(A) A capacidade internacional da OIT vem de ser ela uma organização permanente voltada para os direitos sociais, não estando fixada na sua Carta Constitutiva.</p> <p>(B) A OIT é constituída pelos Estados-Membros e pelos representantes dos empregados e dos empregadores.</p> <p>(C) A OIT tem personalidade jurídica e, precipuamente, capacidade para: adquirir bens, móveis e imóveis e dispor dos mesmos; contratar e intentar ações.</p> <p>(D) A OIT está vinculada às Nações Unidas, como órgão pertencente àquela organização supranacional para reger os direitos humanos básicos do trabalhador.</p> <p>(E) A estrutura orgânica da OIT compreende uma Conferência Internacional do Trabalho; um Conselho de Administração, sob a direção de um Secretário Geral e uma Repartição Internacional do Trabalho, sob a direção de um Conselho de Administração.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Previdenciário</p> <p>86. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações</p> <p>(A) de iniciativa da sociedade, reguladas pelos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.</p> <p>(B) exclusivas dos Poderes Públicos, destinadas a prover, quando materialmente possível, os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.</p> <p>(C) exclusivas dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.</p> <p>(D) de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.</p> <p>(E) de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a prover, quando materialmente possível, os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.</p>
<p>84. Em relação a OMC e a proteção do trabalho desenvolvido no comércio internacional, é correto afirmar:</p> <p>(A) O tema, relativo à proteção internacional do trabalho não tem qualquer ligação com as práticas internacionais do comércio.</p> <p>(B) "Cláusula social" prevista em alguns tratados de índole comercial internacional regula a situação na qual produtos de um país são introduzidos no comércio de outro país por valor abaixo do normal.</p> <p>(C) "Dumping social" é considerado a prática de certos Estados em explorar o trabalhador, desrespeitando padrões trabalhistas mínimos já consagrados, a fim de conseguir competitividade no mercado internacional com um custo final muito mais baixo do que o normal.</p> <p>(D) A proposta da chamada "cláusula social" tende a refletir padrões comerciais mínimos nos tratados relativos ao comércio internacional.</p> <p>(E) Convencionou-se chamar "dumping social" a competitividade desleal de produtos mais baratos provenientes de países que remuneram bem seus trabalhadores e lhes asseguram um mínimo de direitos sociais.</p>	<p>87. Poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho, as contribuições sociais destinadas à seguridade social devidas</p> <p>(A) por empresas ou por seus trabalhadores, com ou sem vínculo empregatício.</p> <p>(B) por empresas ou por seus trabalhadores com vínculo empregatício.</p> <p>(C) por empresas, quaisquer segurados da previdência social, apostadores de concursos de prognósticos e importadores de bens ou serviços.</p> <p>(D) por empresas, exclusivamente incidentes sobre a folha de pagamentos.</p> <p>(E) por empresas, incidentes sobre a folha de pagamentos, receita ou faturamento ou lucro.</p>



<p>88. Entende-se por salário-de-contribuição,</p> <p>(A) para contribuinte individual e segurado facultativo, o valor livremente declarado no mês, observados os limites mínimo e máximo.</p> <p>(B) para o empregado doméstico, a remuneração formalmente registrada na CTPS, não incidindo contribuições sobre valores diretamente pagos em dinheiro, desde que clara e inequivocamente assim tenha sido ajustado.</p> <p>(C) para empregado e autônomo, o salário auferido em uma ou mais empresas, a qualquer título e valor, durante o mês, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição da empresa tomadora.</p> <p>(D) para empregado e avulso, a remuneração auferida em uma ou mais empresas, a qualquer título, durante o mês, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição da empresa.</p> <p>(E) para empregado e avulso, a remuneração auferida em uma ou mais empresas, a qualquer título e valor, durante o mês, exclusivamente pelos serviços efetivamente prestados.</p>	<p>91. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, por até</p> <p>(A) 36 (trinta e seis) meses, quem está em gozo de auxílio-doença.</p> <p>(B) 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.</p> <p>(C) 36 (trinta e seis) meses, o segurado desempregado, desde que tal situação esteja comprovada por registro no Ministério do Trabalho e Emprego ou outro meio admitido e tenham sido vertidas mais de 120 (cento e vinte) contribuições sem interrupção que tenha acarretado a perda da qualidade de segurado.</p> <p>(D) 3 (três) meses após o livramento, o segurado detido ou recluso.</p> <p>(E) 12 (doze) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.</p>
<p>89. Pode optar pela proteção previdenciária mínima, com exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, visando pagar contribuição previdenciária mensal pela alíquota de apenas 5% incidente sobre o limite mínimo mensal do salário-de-contribuição, o pertencente a família de baixa renda na condição de segurado</p> <p>(A) empregado ou avulso.</p> <p>(B) facultativo sem renda própria, que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência.</p> <p>(C) empregado doméstico.</p> <p>(D) contribuinte individual que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado.</p> <p>(E) contribuinte individual, desde que enquadrado como diarista doméstico eventual.</p>	<p>92. A respeito dos dependentes no regime geral de previdência social, é correto afirmar:</p> <p>(A) A dependência de cônjuges e filhos deve ser comprovada, e a de companheira(o) é presumida.</p> <p>(B) A dependência econômica de cônjuges e filhos é presumida, e a de companheira(o) deve ser comprovada.</p> <p>(C) A existência de pais exclui do direito às prestações os irmãos do segurado.</p> <p>(D) A dependência da esposa é presumida e a do marido deve ser comprovada por atestado de invalidez perante a perícia médica oficial.</p> <p>(E) A dependência do filho estudante de curso universitário cessa aos 24 (vinte e quatro) anos de idade.</p>
<p>90. Segundo a Constituição, o regime de previdência privada deve ser</p> <p>(A) facultativo, complementar e organizado de forma autônoma em relação à previdência pública.</p> <p>(B) facultativo, complementar e organizado de forma dependente em relação à previdência pública.</p> <p>(C) obrigatório para trabalhadores de remuneração superior ao teto da previdência pública, contratual e regulado por lei complementar.</p> <p>(D) obrigatório para empresas estatais e de grande porte, complementar e capitalizado.</p> <p>(E) facultativo, organizado de forma autônoma em relação à previdência pública e regulado por lei ordinária.</p>	<p>93. No regime geral de previdência social, a aposentadoria por tempo de contribuição é devida quando atingidos, pelo menos, para</p> <p>(A) mulheres, 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, 55 (cinquenta e cinco) de idade e 180 (cento e oitenta) meses de carência.</p> <p>(B) mulheres, 30 (trinta) anos de contribuição, 55 (cinquenta e cinco) de idade e 220 (duzentos e vinte) meses de carência.</p> <p>(C) homens, 30 (trinta) anos de contribuição e 220 (duzentos e vinte) meses de carência, independentemente da idade.</p> <p>(D) homens, 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, 60 (sessenta) de idade e 180 (cento e oitenta) meses de carência.</p> <p>(E) homens, 35 (trinta e cinco) anos de contribuição e 180 (cento e oitenta) meses de carência, independentemente da idade.</p> <p>94. No atual regime geral de previdência social, a aposentadoria especial é devida</p> <p>(A) a trabalhadores sujeitos a atividades de risco, nos termos definidos em lei complementar.</p> <p>(B) a trabalhadores portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.</p> <p>(C) apenas a trabalhadores cujas atividades sejam exercidas, comprovadamente, sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.</p> <p>(D) apenas ao aeronauta e ao jogador de futebol profissional.</p> <p>(E) a professores de educação superior e no ensino fundamental e médio.</p>



95. Os empregados em gozo de auxílio-doença estão obrigados a se submeter a
- (A) exame médico-pericial a cargo da Previdência Social até os 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.
 - (B) tratamento médico dispensado oficial e gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão sanguínea, que são facultativos.
 - (C) processo de reabilitação profissional prescrito e custeado pela empregadora.
 - (D) exame médico a cargo da empregadora, ao menos a cada semestre de afastamento do trabalho.
 - (E) desconto da respectiva contribuição previdenciária incidente sobre o valor do benefício mensal.

Direito Empresarial

96. Em relação ao nome empresarial, é correto afirmar que
- (A) a inscrição do nome empresarial será cancelada, a requerimento de qualquer interessado, quando cessar o exercício da atividade para que foi adotado, ou quando findar a liquidação da sociedade que o inscreveu.
 - (B) o nome empresarial pode ser objeto de alienação.
 - (C) o nome do sócio que vier a falecer, for excluído ou se retirar, pode ser conservado na firma social, se houver a concordância dos demais sócios remanescentes.
 - (D) a sociedade em conta de participação pode ter firma ou denominação, integrada pela palavra final "sociedade participativa" ou sua abreviatura.
 - (E) cabe a qualquer interessado, no prazo de um ano, ação para nulificar a inscrição do nome empresarial feita com violação da lei ou do contrato.

97. Examine os enunciados seguintes.

- I. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- II. Também é considerado empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, individualmente ou com o concurso de auxiliares ou colaboradores, constituindo ou não o exercício da profissão elemento de empresa.
- III. A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações contraídas, haja vista o impedimento citado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

98. É correto afirmar:

- (A) O fornecedor de produtos e serviços, na atividade empresarial, responde pela qualidade respectiva se demonstrada culpa de sua parte,nexo causal e o dano ao consumidor, material ou moral.
- (B) A publicidade enganosa, na atividade empresarial, é aquela que explora o medo ou a superstição, aproveita-se da deficiência de julgamento e experiência da criança e desrespeita valores ambientais.
- (C) O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem denuncia a alegada falsidade dessa informação ou comunicação.
- (D) Na atividade empresarial, a ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação do produto e serviços não o exime de responsabilidade.
- (E) Os fornecedores respondem subsidiariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária.

99. Em relação aos seguintes contratos comerciais, é correto afirmar:

- (A) Nos contratos de faturização, como regra, o cedente dos títulos ou faturizado responsabiliza-se não apenas pela existência do crédito, como também pela solvência do devedor.
- (B) Na alienação fiduciária em garantia, havendo inadimplemento, o credor poderá requerer a reintegração na posse do bem móvel alienado fiduciariamente, que será concedida após justificação prévia e com a comprovação da mora do devedor.
- (C) Exerce a representação comercial autônoma exclusivamente a pessoa física que, sem relação de emprego, desempenha, em caráter eventual, a mediação para a realização de negócios mercantis.
- (D) Nos contratos de *leasing* a cobrança dos juros remuneratórios é limitada a 1% ao mês, por não se tratar de operação financeira e sim locatícia, com opção de compra do bem pelo valor residual ao fim do contrato.
- (E) Franquia empresarial é o contrato pelo qual um franqueador cede ao franqueado o direito de uso de marca ou patente, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semiexclusiva de produtos ou serviços, devendo ser celebrado por escrito, na presença de duas testemunhas, e tendo validade independentemente de registro perante o cartório ou órgão público.

100. É correto afirmar:

- (A) O ato de transformação social depende de prévia dissolução ou liquidação da sociedade, bem como do consentimento da maioria absoluta dos sócios, em qualquer caso.
- (B) Na liquidação de uma sociedade, respeitados os direitos dos credores preferenciais, pagará o liquidante as dívidas sociais proporcionalmente, sem distinção entre vencidas e vincendas, mas, quanto a estas, com desconto.
- (C) A incorporação determina a extinção das sociedades que se unem, para formar nova sociedade, que a elas sucederá nos direitos e, eventualmente, se houver previsão expressa, também nas obrigações.
- (D) Os sócios podem resolver, por unanimidade, antes de ultimada a liquidação e do pagamento dos credores, que o liquidante faça rateios por conta da antecipação da partilha, na medida em que se apurem os haveres sociais.
- (E) Compete ao liquidante representar a sociedade e praticar todos os atos necessários à sua liquidação, salvo alienar bens móveis ou imóveis, transigir, receber e dar quitação.